



DIÁLOGOS CRÍTICOS SOBRE A DEMOCRACIA CORINTHIANA COMO MOVIMENTO SOCIAL

Mariana Zuaneti Martins
Heloisa Helena Baldy dos Reis

RESUMO

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa mais ampla sobre a Democracia Corinthiana. Neste, nosso objetivo é realizar uma discussão sobre a forma de organização dos jogadores de futebol em torno da experiência corinthiana, de modo a investigar se esta, em suas dimensões simbólicas e constitutivas, pode ser considerada como parte dos movimentos sociais que ascenderam na primeira metade da década de 1980. Para tanto, retomamos o conceito de movimento social, buscando características presentes no Brasil no período analisado. A partir dos elementos conceituais levantados, com base na narrativa histórica da Democracia Corinthiana, avaliamos sua pertinência dessa conceituação para a compreensão desta.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia Corinthiana; movimentos sociais; sociologia do esporte; história do esporte.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa mais ampla sobre a Democracia Corinthiana¹. A democracia Corinthiana pode ser compreendido como as duas gestões do presidente Waldemar Pires a frente do Corinthians, ocorridas entre março de 1981 e março de 1985². Neste período, foram estabelecidas formas menos autoritárias de gestão do clube e da equipe de futebol, na qual foi possível a participação dos jogadores no processo de tomada de decisão. Ademais, Democracia Corinthiana pode ser considerada um momento no qual se constituiu a possibilidade de uma maior conscientização sobre democracia no futebol e na sociedade, uma vez que, parte dos jogadores e um dirigente participaram também dos embates

¹Esta é a pesquisa de mestrado, intitulada “Democracia Corinthiana: sentidos e significados da participação dos jogadores”, defendida em 2012, financiada pela CAPES.

²É importante ressaltar que a expressão “Democracia Corinthiana” não foi uma criação coletiva dos jogadores de futebol do Corinthians. O jornalista Juca Kfourri, num debate sobre os rumos do clube, a proferiu como se houvesse no Corinthians uma democracia (SÓCRATES, GOZZI, 2002). Após este ocorrido, o então publicitário do Corinthians, Washington Olivetto, começou a utilizá-la para identificar o momento pelo qual passava o clube, criando a marca “Democracia Corinthiana”, que virou o nome do jornal institucional, inscritos de camisetas e das chapas de reeleição para as diretorias seguintes. Dessa forma, tal denominação foi antes uma manobra de marketing do então publicitário. Não obstante, o termo foi associado e repetido como um consenso entre os jogadores, a comissão técnica e os dirigentes. Tal adesão foi quase unânime entre os sujeitos do movimento, em conformidade com o contexto político mais geral da sociedade, que se polarizava entre ditadura e democracia.

daquele contexto na campanha “Diretas-Já”³. A conjuntura histórica da década de 1980 foi marcada pela ascensão dos movimentos sindicais e sociais no Brasil, criando um cenário em que seria possível a emergência do espaço no qual o jogador de futebol podia ser visto como cidadão, sujeito político.

Tendo em vista este contexto político, a proposta deste trabalho é realizar uma discussão sobre a forma de organização dos jogadores de futebol na Democracia Corinthiana, de modo a investigar suas dimensões simbólicas e processo constitutivos. Com isso, buscamos analisar em que medida a forma como esse fenômeno foi socialmente organizado e simbolicamente representado nos autorizam a interpretá-lo como sendo um movimento social. Mais particularmente, como um daqueles que ascenderam no país na primeira metade da década de 1980.

A tentativa de enquadrá-la como parte do contexto foi empreendida em primeiro momento por José Paulo Florenzano, que estudou a Democracia Corinthiana a partir de uma ideia principal, de que nela havia práticas de autogoverno no futebol brasileiro. Sua tese é de que “existiu no futebol uma corrente subterrânea que sempre ia se apresentar, assim que as condições permitissem, [como] uma tradição de autonomia” (FLORENZANO, 2003, p. 4) ou de autogoverno, que era presente no futebol brasileiro (FLORENZANO, 2009, p. 41-42).

Para dar conta de debater o autogoverno dentro da equipe corinthiana, Florenzano se propõe a olhar sob duas perspectivas: a) as relações desenvolvidas no interior da equipe, buscando ressaltar as práticas de autogestão; b) a Democracia Corinthiana como um dos movimentos políticos daquele contexto histórico que, ao lado dos movimentos populares, das Comunidades Eclesiais de Base e do novo sindicalismo combativo do ABC, lutava pela abertura democrática no país (FLORENZANO, 2003, p 13).

Uma primeira questão que aflora da conceituação proposta por Florenzano é a pertinência do termo autogestão para caracterização da Democracia Corinthiana. Isso porque, em primeiro lugar um clube de futebol é organizado burocraticamente, como uma empresa. Dessa forma, por mais que houvesse discussões dentro do departamento de futebol sobre o processo de trabalho, não é plausível afirmar que ela cumpriu papel de “participação direta dos trabalhadores na tomada de decisões básicas nas empresas. [no qual] os meios de

³ A campanha intitulada de “Diretas-Já” reivindicava a retomada das eleições diretas para a presidência da república, ganhando fôlego a partir da criação de uma emenda, intitulada Dante de Oliveira, que reconstituiria essa forma de pleito, eliminando o colégio eleitoral indireto. O primeiro ato de rua da campanha ocorreu em Novembro de 1983. Ela se estendeu com atos políticos por todo o Brasil até a votação da emenda, em abril de 1984 (BERTONCELO, 2007, p. 99-100).

produção são socializados (de propriedade da comunidade dos trabalhadores ou da totalidade da sociedade)” (DICIONÁRIO do pensamento marxista, verbete *autogestão*, 1988, p. 23).

Por isso, é mais prudente estudar a forma de organização dos jogadores da Democracia Corinthiana, buscando compreender como eles forjaram uma identidade coletiva que deu visibilidade a demandas até então ofuscadas no campo esportivo. E, na medida em que essas demandas tornam-se visíveis, quais são as estratégias empreendidas por seus sujeitos, como meio a partir do qual eles tentam obter conquistas.

É neste contexto que a primeira hipótese para entendimento da forma de organização da Democracia Corinthiana era o enquadramento dela enquanto um movimento social. Partir desse ponto se deu em função da conjuntura política da década de 1980 como momento de surgimento de um ciclo de protestos, composto por greves operárias, dos setores médios da sociedade, de ascensão de movimentos populares e sociais, e que culminou com as manifestações da campanha das “Diretas Já” (BERTONCELO, 2007). Essa hipótese advém de indicativos como a participação dos jogadores de futebol nos sindicatos, nas campanhas das “Diretas Já” e também pela categorização de Florenzano que a enquadrava ao lado das CEBs, dos movimentos populares e do novo sindicalismo.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para realizar a análise proposta, estruturamos o trabalho em duas partes. Em primeiro lugar, analisaremos a definição de movimento social, para entender quais suas especificidades, e, quais suas decorrências analíticas. Isso porque, na medida em que fosse possível caracterizar a democracia Corinthiana como parte dos movimentos sociais, seria necessário identificar os elementos constitutivos do movimento social na Democracia Corinthiana. Para isso, retomamos estudiosos de movimentos sociais, Della Porta, Diani e Melucci, para apresentarmos uma breve síntese do conceito, a partir do diálogo das duas principais abordagens que analisam esses fenômenos, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais e a Teoria do Processo Político, a qual indicamos os ganhos analíticos com o uso dessa definição.⁴

Em segundo lugar, a partir da elaboração que fizemos no mestrado da narrativa da Democracia Corinthiana⁵, dialogamos as fontes históricas sobre o fenômeno, com a

⁴ Para saber mais sobre essas teorias, consultar artigo de Buechler (1995).

⁵ Esta narrativa foi elaborada a partir das notícias dos jornais “A Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo” e a da “Revista Placar”, de março de 1981 a maio de 1985, período no qual se

abordagem teórica sobre o contexto histórico, da primeira metade da década de 1980, que possibilitaram a ascensão dos movimentos sociais e de ciclos de protestos relacionados às “Diretas Já”. Para isso, utilizamos da obra de Bertolucci (2007), que realizou um estudo justamente com esse objetivo. Buscaremos nessa narrativa os elementos históricos que permitem dialogar com os aspectos conceituais para pensar sua organização, seja como movimento social ou não.

A partir da análise da presença de elementos conceituais que distinguem a experiência corinthiana enquanto um movimento social, fizemos a discussão sobre a pertinência ou não desse enquadramento analítico, indicando a melhor possibilidade para a compreensão desse fenômeno.

A DEFINIÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS

A definição do conceito dos movimentos sociais pode ser realizada de diversas formas. Optamos por uma definição calcada pelas principais abordagens de estudo desses fenômenos, em especial porque esta dá destaque para o que diferencia qualquer tipo de ação coletiva desse tipo específico, o movimento social.

Della Porta e Diani (2006, p. 20), como tentativa de elaboração de síntese acerca das principais teorias que estudam movimentos sociais e ação coletiva, definem este primeiro como um tipo específico de ação coletiva, caracterizado por três elementos: i) a presença de uma ação de conflito contra um antagonista claro; ii) a constituição de uma identidade coletiva específica, forjada a partir das dimensões simbólicas de suas demandas e de estratégias de ação e de protesto; iii) e um processo contínuo de redes informais de solidariedade que unificam as organizações e grupos que constituem um movimento social e que permite formar uma coletividade, um “nós”. Diani (2003) afirma que um movimento

desenrolaram as duas gestões do clube alvinegro identificadas como Democracia Corinthiana. A escolha dos periódicos contemplou os dois principais jornais do Estado e a Revista Placar foi escolhida na medida em que essa apresentava um interesse grande pelo movimento, expresso em diversos editoriais. Para analisar esses documentos, nos apoiamos nas considerações do historiador Jacques Le Goff (2003, p. 103), sobre o documento como monumento para análise, no qual “tendo em vista que todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de pôr a luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é um instrumento de poder” (LE GOFF, 2003, p. 525). Com isso, o historiador sugere que se considere os documentos de forma a organizá-los em série e tratá-los de modo quantitativo, inserindo-os em conjuntos de monumentos. A reconstituição da narrativa completa encontra-se no quarto capítulo da dissertação de mestrado de Martins (2012).

social não é uma única organização formal, mas sim um conjunto de organizações, grupos e indivíduos diversos. Trata-se, por isso, de um conceito analítico que é mobilizado para lidar com a complexidade que caracteriza esta forma de ação coletiva. A própria noção da identidade coletiva, em um movimento social, ela serve como apoio para reconhecimento e criação de conexões de organizações distintas, que traz um sentido de comunidade e compromisso comum com uma causa, em diferentes organizações e sujeitos (DELLA PORTA, DIANI, 2006, p. 21). Essa forma de conceituação entende o movimento social como um processo, e expõe sua complexidade.

Tatagiba (2011) expõe os ganhos analíticos dessa concepção, ao afirmar que ela nos permite “analisar empiricamente os processos pelos quais organizações específicas, com interesses, projetos e identidades específicas enfrentam o desafio de construir um campo comum de ação”. A partir das definições de Melucci, de movimento social como uma abstração analítica, a autora afirma que este é útil por apontar para o pesquisador um “‘algo maior’ a partir do qual as lutas pontuais, fragmentadas, urgentes, são inseridas numa textura relacional que conecta o tempo presente, com a memória e com os projetos futuros (TATAGIBA, 2011, p. 3)

Para a autora há dois ganhos analíticos que a categoria permite. Em primeiro lugar, ao problematizar a “existência do movimento social” enquanto dado da realidade, a definição sugere ao pesquisador o entendimento dos motivos pelos quais a ação coletiva como movimento social se forja. Para isso, é necessário identificar, descrever e analisar os mecanismos através dos quais indivíduos e grupos se constituem como coletivo que reivindica uma demanda

Ao partimos do pressuposto da heterogeneidade de atores, trajetórias e interesses podemos erigir como questão central justamente o problema da coordenação da ação dessa coletividade em torno de objetivos comuns e das estratégias para alcançarem esses objetivos. Como afirma Melucci, o que no geral tomamos como um dado “a existência do movimento” é justamente o que precisa ser explicado, “a questão de como um ator coletivo é formado passa a ter importância teórica decisiva (...). Pesquisadores do tema devem abordá-la em relação à pluralidade de aspectos presentes na ação coletiva e explicar como eles se combinam e se sustentam ao longo do tempo.” (MELUCCI, 1996, p. 70, tradução de Tatagiba, apud TATAGIBA, 2011, p. 3).

Em segundo lugar, a autora afirma que o conceito permite articular dois planos de análise: “as ações estratégicas e pragmáticas desse coletivo voltadas à obtenção de bens materiais e/ou imateriais e os resultados concretos dessas ações tendo em vista os fins pretendidos pelos atores (a dimensão da urgência)” e dimensão normativa que comporta, abre

a possibilidade de inquirirmos acerca dos sentidos e consequências dessas ações para além do plano dos atores e grupos individualmente considerados” (TATAGIBA, 2011, p. 3)

A DEMOCRACIA CORINTHIANA CONSTITUIU UM MOVIMENTO SOCIAL?

A utilização da definição de movimentos sociais para a Democracia Corinthiana, em primeiro momento, já nos parecia inadequada em função da não perenidade da experiência no tempo e da não existência de redes de solidariedade para além do plantel corinthiano. Entretanto, poderíamos pensá-la como parte do movimento das “Diretas Já”. Por isso, buscamos ao analisar a trajetória da Democracia Corinthiana, compreender a forma como os sujeitos se identificavam com a democracia e a reabertura democrática, e a própria maneira como a reivindicação se desenvolveu no interior do clube. Para tanto, vamos, em primeiro lugar, esboçar as características do ciclo de protesto emergido em torno da campanha das “Diretas Já” e, posteriormente, como estes fatores estariam presentes na Democracia Corinthiana, pretendendo neste ponto discuti-lo a luz dos elementos analíticos dos movimentos sociais - como identidade coletiva, as redes de solidariedade, o conflito/antagonista, bem como suas decorrências analíticas, de analisar a origem do movimento, as tensões em sua constituição.

O estudo de Bertonecelo sobre as “Diretas Já” indicou que sua identidade coletiva estaria ligada a disputas que garantissem a autonomia política e que se enfrentassem diretamente com as elites dominantes

A meu ver, a campanha das diretas expressou – mais intensamente do que outros eventos de protesto do período – o principal eixo de tensões sociais e políticas lutando para ampliar suas margens de autonomia política, e, de outro lado, certas camadas sociais dominantes e elites dirigentes, que buscavam conservar suas posições de poder com base na reprodução de uma estrutura autocrática de dominação política (BERTONCELO, 2007, p. 59).

Bertoncelo está se referindo a existência de uma identidade coletiva nos movimentos sociais daquele período. Melucci usa o conceito de identidade coletiva para descrever uma interação e definição compartilhada das orientações quanto à ação política e aos campos de oportunidades e constrangimentos no qual esta toma lugar (MELUCCI, 2001, p. 70). Por isso, um elemento definidor da identidade é o conflito, momento no qual os atores sociais afirmam uma identidade a partir da forma como protestam, e reivindicam um espaço que seus oponentes os têm negado, de tal modo, os movimentos sociais buscam se apropriar de algo

que reconhecem como seus (MELUCCI, 2001, p. 74). A identidade coletiva deve ser entendida como um sistema de relações e representações, isso porque ela representa uma série de vetores e de tensões que entram num processo de equilíbrio frágil, entre o que é a identidade declarada pelo ator e a sua representação entendida pela sociedade.

Cardoso (1987) elaborou uma síntese das principais características presentes nos estudos sobre movimentos sociais da década de 1980. A autora afirma que há três elementos que são constantes e, por conseguinte, definidores na identificação destes movimentos: i) estes seriam novidade, porque desenvolveram uma atuação diferente ao se manterem autônomos a partidos e sindicatos e constituindo “formas específicas de participação, porque afirmam novas identidades sociais”; ii) são formas de luta que desafiam o Estado, em especial os de regimes autoritários; e iii) pela combinação destes dois elementos, os movimentos se apresentam com um potencial inovador de transformação das estruturas de dominação (CARDOSO, 1987, p. 28).

A partir destas características presentes nos movimentos sociais do período, buscamos analisar em que medida há uma identidade coletiva da Democracia Corinthiana pautada pelo conflito com as elites dominantes, por uma autonomia política do grupo de jogadores e como eles afirmam novas formas de reconhecimento e novas identidades sociais.

Nesse primeiro momento, tentaremos reconhecer o conflito evidenciado pela Democracia Corinthiana. Este tem seu momento de maior explicitação na eleição interna do clube, em 1983, que foi disputada pela chapa da continuidade da Democracia Corinthiana, e a de oposição, de Vicente Matheus, intitulado “Revolução Corinthiana”, em clara alusão ao início da ditadura militar. Apesar dessa polarização, “ditadura vs. democracia”, que representava à primeira vista o conflito principal daquele momento, no Corinthians, ele ocultava e dissimulava a oposição que existia entre dois modelos de desenvolvimento e rumos para a transformação social no país, o das elites políticas que defendiam a distensão da ditadura militar e outro, de democratização radical, defendido pelos movimentos sociais (FERNANDES, 1986).

A distorção dessa polarização é representada pelos apoiadores pouco democráticos que apoiavam a chapa da situação. Romeu Tuma, ex-diretor da extinta Delegacia Estadual de Operações de Segurança (DEOPS), era membro da chapa “Democracia Corinthiana”. Ricardo Izar, do PDS⁶, apoiador da mesma chapa, ressaltou o caráter suprapartidário desta, que

⁶ Partido Democrático Social, sigla que abrigou os antigos partidários do ARENA (aliança Renovadora Nacional, o partido da situação da ditadura militar.

congregava desde o PDS ao PT⁷. Eduardo Suplicy, do PT, também manifestou seu apoio à chapa. Ele afirmou que apesar de ser santista, o espírito dos jogadores de quererem participar da gestão tinha muitas semelhanças ao projeto defendido pelo seu partido, que reivindica a participação dos trabalhadores. Demonstrando seu apoio à chapa da situação, Rogê Ferreira, do PDT⁸, e o deputado estadual Wadih Helu⁹, também votaram¹⁰. A presença desse amplo arco de alianças explicitava que a defesa da democracia podia adquirir sentidos bastante diversos, desde a participação dos trabalhadores na gestão – que também não necessariamente implica a mudança de rumos em favor desses últimos – até o entendimento da democracia enquanto uma das táticas possíveis para realizar o projeto de gestão pretendido. Nesse sentido, o antagonismo com os agentes da elite política envolvida com o autoritarismo, seja na ditadura militar ou no futebol, não tinham contornos bem definidos.

No que tange a demanda de autonomia política presente no quadro da campanha das “Diretas Já”, no caso da Democracia Corinthiana, as principais críticas feitas a ela eram que a mesma se tratava de uma democracia “de três ou quatro”, conforme a imprensa paulista noticiava, fato que repercutiu principalmente durante a demissão do técnico Mário Travaglini. Nesse aspecto, referiam-se ao intenso diálogo que existia entre Adilson Monteiro Alves, Sócrates, Casagrande e Wladimir. De fato, esse grupo mais articulado não era negado por seus integrantes. Adilson Monteiro Alves afirmou em uma entrevista à revista Placar que existia uma vanguarda dentro do movimento, mas que a mesma foi diluída quando o projeto deu certo:

em todo movimento há uma vanguarda que coloca posições para a massa. Mas, na medida em que a proposta se transformou em projeto aprovado pela maioria, essa vanguarda foi diluída dentro da massa. Mas há sempre pessoas que se entregam mais. Você só leva murro se puser a cara. Nós [Wladimir, Sócrates e Adilson, que estavam sendo entrevistados] aceitamos isso¹¹.

Para além disso, o que essa fala evidencia também é um projeto de jogadores que possuía uma dependência da diretoria do clube, de modo que a cada tentativa de destituição do vice presidente Adilson Monteiro Alves, elencado como o responsável pela ocorrência das votações, a democracia aparecia na mídia como ameaçada¹². Outrossim, ao passo que a

⁷ Partido dos Trabalhadores.

⁸ Partido Democrático Trabalhista.

⁹ Foi deputado estadual pela Arena e pelo PDS. Foi presidente do Corinthians de 1961 a 1971.

¹⁰ “PIRES fica mais dois anos no poder”, Folha de São Paulo, p. 13, 7/3/1983.

¹¹ “A DEMOCRACIA se consolida”, Revista Placar, p.14-17, 8/4/1983.

¹² O responsável pela existência de votações e discussões democráticas no departamento de futebol era Adilson Monteiro Alves, sociólogo, defensor do futebol empresa e vice presidente de futebol durante a Democracia Corinthiana. Em novembro de 1981, quando ele assumiu o cargo, ele relatou que realizou

continuidade da gestão foi derrotada em 1985, as conquistas democráticas se esvaíram em poucos meses¹³.

Ademais, a dependência da diretoria advinha não de uma concordância com um projeto democratizante, mas de uma filosofia administrativa. Isso porque o modelo de gestão que desembocou nas votações, participação dos jogadores na política sindical e nacional e na modernização administrativa foi parte de um processo que se iniciou em 1981, a partir das eleições para a presidência do Corinthians. Quem venceu as eleições foi Waldemar Pires, que já dividia o comando do clube, como vice-presidente das gestões de Matheus, havia quatro anos.

Desde o início de sua gestão, Waldemar Pires anunciava uma mudança na forma de condução do Corinthians, que autodenominava um sentido de “democratizar” a forma pela qual as decisões eram empreendidas. Alguns indicativos importantes eram levantados para essa possível transformação na “filosofia administrativa”, no qual a “simples aceitação de Matheus em ser o vice, já significa uma abertura no clube” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 29/3/1981, p. 44).

Contudo, a abertura proposta por Waldemar Pires era uma filosofia administrativa que ia além de um compartilhamento do processo decisório. Sua proposta era de formar uma equipe de trabalho, calcada numa ideia de trazer profissionais que fossem especialistas em assuntos administrativos para as diretorias do clube. Com isso, formou uma equipe com economistas e administradores para o setor financeiro, convidou um publicitário para o departamento de marketing, trouxe um psicólogo para acompanhar a equipe. Essas mudanças promoveram uma racionalização da gestão.

As decorrências de sua filosofia administrativa ficam explícitas na ocasião da conquista do título de campeão paulista. O enfoque dado pela imprensa paulista em sua abordagem sobre a decisão desse título era centrada nos aspectos da gestão do clube

uma reunião de mais de uma hora e meia entre comissão técnica e jogadores, em que ele delineou o que seria o seu método de gestão: “*Vamos estabelecer um diálogo franco e honesto com todos, só tomando decisões após as observações da comissão técnica e consulta a cada um dos jogadores sobre o que prefere em seu futuro profissional*” (“CORINTIANS vive dia agitado”, Folha de São Paulo, p. 32, 8/1/1982).

¹³ Interessante acompanhar algumas reportagens após a derrota da chapa de continuidade da Democracia Corinthiana. Ao início, as falas dos jogadores demonstravam uma expectativa de resistência e de que algumas mudanças seriam inadmissíveis se causassem retrocessos na relação entre dirigentes e jogadores (“O QUE mudou com Gebran?”, Revista Placar, p. 69, 17/5/1985). No entanto, em 1985, quando a equipe foi eliminada do campeonato brasileiro, as culpas recaíram sobre os resquícios do sistema democrático, demonstrando sinais que qualquer vestígio que restasse seria eliminado de vez pela diretoria (“MUDA Corinthians”, Revista Placar, p.14-17, 26/7/1985).

corintiano. O jornal “O Estado de São Paulo” retratou uma fala de Waldemar Pires sobre o projeto de "abertura" que estava em curso, na qual ele afirmava que “O *Corinthians* é uma grande empresa e como tal, não pode ser dirigida de forma ditatorial e por um único homem” (O Estado de São Paulo, 12/12/1982, pp. 52-53).

O discurso de Waldemar Pires define a questão da abertura e da democracia relacionando-a à descentralização, revelando a proximidade com o seu intento de gestão mais racional, que englobasse profissionais especializados para comandar as diferentes diretorias do Corinthians, demonstra uma concepção de democracia que pouco tem a ver com o enfrentamento às elites autoritárias e autonomia política. Por esse viés, a Democracia Corinthiana mais se assemelha a uma organização empresarial, pautada pela lógica da eficiência técnica. Por isso, o departamento de futebol poderia organizar-se internamente da maneira como seu responsável designasse, na medida em que fossem gerados resultados positivos¹⁴.

Dessa forma, esse sentido modernizante que se procedeu nas gestões da Democracia Corinthiana denota um sentido de desenvolvimento empresarial da gestão – de tornar o Corinthians um “produto” mais valorizado, mais rentável. O projeto de abertura, pensando desde a eleição de Waldemar Pires, em 1981, revelava este sentido, uma vez que tinha significado prático de contratação de profissionais qualificados para cada área da administração corinthiana, em contraposição a uma ideia de centralização nas decisões no presidente. Tal ideia intensificou-se ao longo de 1981, em especial após os fatos que culminaram na saída de Vicente Matheus da vice-presidência, e a entrada de Adilson Monteiro Alves, como diretor de futebol, que trouxe a mentalidade de um sociólogo ao futebol brasileiro, pautada numa crença de apoio ao modelo considerado futebol-empresa, e que este viria a firmar-se no Brasil.

Por fim, com relação às novas identidades afirmadas e reconhecidas a partir da Democracia Corinthiana, é importante fazer algumas considerações sobre essa autodenominação da experiência. É na eleição de 1983, que a frase Democracia Corinthiana começa a ser firmar como definidora e identidade deste processo que se desenvolvia no Corinthians. A identidade coletiva que se consolidou em torno desta frase, entretanto, não era apenas um símbolo político, mas uma “marca” criada pelo publicitário Washington Olivetto, como forma de divulgação do clube, de propaganda do Corinthians, principalmente a partir da eleição da diretoria de 1983. A mensagem serviu como mais uma estratégia de marketing para

¹⁴ “VALDEMAR Pires garante democracia no parque”, Folha de São Paulo, p. 24, 15/04/83.

promover a marca Corinthians. No princípio, para divulgar a ideia da propaganda na camisa do uniforme corinthiano, para fortalecer a cultura de estampas comerciais, Olivetto criou a ideia de mensagens sociais. Dessa forma, “o anúncio de mensagens cumpria a função de divulgar o espaço nas camisas que poderia ser vendido” (SÓCRATES e GOZZI, 2002, p. 86). Em novembro de 1982, quando o espaço na camisa começou a ser vendido, o Corinthians entrou em campo com a mensagem “No dia 15, Vote”, e o CND (Conselho Nacional do Desporto) fez com que o clube retirasse tal escrito, uma vez que só se poderia transmitir mensagens comerciais e não políticas. De qualquer forma, o apelo pelo espaço deu certo, uma vez que o Corinthians fechou contrato de anúncio com a Bombril. Segundo o presidente Waldemar Pires, “como o Corinthians começou a ter resultados positivos nos campeonatos e a se classificar para muitas finais, era um ótimo negócio para os patrocinadores” (SÓCRATES e GOZZI, 2002, p. 86).

Outro aspecto da identidade coletiva construída em torno da democratização da sociedade tem a ver com o desenvolvimento das votações no interior do clube. Uma das lideranças do movimento, o jogador Sócrates, defendia como principal aspecto da vivência democrática no Corinthians a questão do voto, uma ação concreta da democracia (SÓCRATES e GOZZI, 2002, p. 67). Para ele, isso se configurava como um processo de formação política, que culminaria num espaço de cidadania privilegiado para o atleta.

A vivência democrática se concretizava para o jogador, na discussão de *“todos os assuntos, desde relacionados à profissão até a situação em que o país se encontra”*¹⁵. Essa noção de vivência democrática enfatizada por Sócrates alterna-se no tempo durante a democracia corinthiana. Embora algumas conquistas dessas discussões tenham sido perenes, ao longo das duas gestões de Waldemar Pires, como a facultatividade da concentração, e algumas liberdades quanto ao tempo de lazer, a forma como se desenvolviam os diálogos ficava muito dependente da presença do sociólogo Adilson Monteiro Alves e dos técnicos do clube alvinegro. No período em que Jorge Vieira assumiu, o diálogo ficou abalado, uma vez que ele afirmava que *“sou um homem de diálogo, mas tudo tem limite. Existe a última palavra, o poder de decisão que é do técnico. Tem que haver disciplina, respeito e hierarquia. Sem isso não existe progresso”*¹⁶. Para o técnico, *“Eu faço minha democracia. Eu é que determino o que deve ser feito, e os jogadores têm acatado”*¹⁷.

¹⁵ “UMA PROVA de Democracia”, Folha de São Paulo, 19/4/83, p. 24.

¹⁶ “JORGE Vieira no Corinthians”, Folha de São Paulo, 04/05/1983, p. 24.

¹⁷ “E A DEMOCRACIA continua”, Revista Placar, 8/7/1983, p. 17.

Nesse sentido, pode se compreender que a democracia contida no movimento alvinegro não necessariamente ou absolutamente se opunha às formas desiguais de poder estabelecidas historicamente no futebol, que tornavam o jogador, como sujeito atomizado e elo mais fraco desta estrutura. Por mais que fosse admitida sua participação – por isso pode ser considerado democrática –, tal concepção anulava formas mais radicais de divisão do poder. Nessa linha, a participação pode ser entendida também não como uma alternativa ou transformação radical na democracia, mas como um complemento, em termos quantitativos, sem alterar concretamente a estrutura de poder estabelecida, uma vez que, assim como em alguns regimes representativos, ainda que aumentem as possibilidades de participação na escolha do representante, isso não significa necessariamente um correlativo aumento no poder do indivíduo em participar das decisões (BOBBIO et al, 1986, p. 324).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da definição de movimento social, e da caracterização do ciclo de protestos da primeira metade da década de 1980, que se forjavam numa complexa articulação entre reivindicação de autonomia política e enfrentamento às elites autoritárias, observamos que essas características não são definidoras da Democracia Corinthiana. A experiência alvinegra tinham como aspecto muito relevante a modernização de sua gestão, no qual até os aspectos democráticos da experiência ficaram subordinados a ela. Ademais, os jogadores não possuíam autonomia com relação a diretoria do clube, dependendo da permanência do vice presidente de futebol para estabelecer sua continuidade. Por fim, o antagonista não era bem definido, de modo que o arco de alianças que sustentou o fenômeno corinthiano adentrava as fronteiras das elites que amparavam a ditadura militar.

Sendo assim, não devemos abordá-la como parte do “movimento social” que reivindicou a reabertura democrática, dado que não há no fenômeno alvinegro uma forma de ação política contenciosa, ou mesmo uma rede de solidariedade que extrapolasse o elenco corinthiano. Nesse sentido, o que nos ajuda a compreender a Democracia Corinthiana, é a análise de uma tentativa de co-gestão que se desenvolveu no clube, a partir da participação dos jogadores no conselho deliberativo. A partir disso, caberia buscar entender o que os jogadores conquistaram nesse processo e os motivos que ajudariam a explicar o declínio da experiência.

Mesmo sem se caracterizar como um movimento social, um estudo sobre a

Democracia Corinthiana nos ajuda a entender um momento particular do futebol brasileiro no qual os sujeitos do esporte se engajaram num processo político, não sem contradições, mas afirmando algumas condições mais cidadãs de trabalho e de reconhecimento. O jogador, elo mais fraco da produção do espetáculo esportivo, buscou um papel de sujeito político numa construção coletiva, ainda que não completamente autônoma, mas que extrapolava os gramados e permeava as suas condições de vida, política e socialmente.

CRITICAL DIALOGUES ON DEMOCRACIA CORINTHIANA AS A SOCIAL MOVEMENT.

ABSTRACT

This paper is an excerpt of a broader research about Democracia Corinthiana. In this one, our aim is to conduct a discussion on the pattern of football player's organization in Democracia Corinthiana, in order to analyze if the symbolic and constitutive dimensions of this experience may be part of social movements that rose in the first half of the decade 1980. To attempt this, we take up the concept of social movements, looking for the elements that characterize them in Brazil, in the period analyzed. Therefore, based on the historical narrative of Democracia Corinthiana, we evaluate the pertinence of this conceptualization to the analyses it.

KEYWORDS: Democracia Corinthiana; Social Movements; Sport's Sociology; History of Sport.

DIÁLOGOS CRÍTICOS ACERCA DE LA DEMOCRACIA CORINTHIANA COMO UN MOVIMIENTO SOCIAL.

RESUMEN

Este artículo es un extracto de una investigación más amplia sobre la Democracia Corinthiana. En esto, nuestro objetivo es llevar a cabo una discusión sobre cómo era la organización de jugadores de fútbol en la Democracia Corinthiana, con el fin de investigar si las dimensiones constitutivas y simbólicas de esta experiencia pueden ser conocidas como parte de los movimientos sociales que surgieron en la primera mitad de la década 1980. Para eso, tomamos el concepto de movimiento social, en la búsqueda de las características de los presentes en Brasil en el período analizado. A partir de los elementos conceptuales que se fueran estudiados, basado en el relato histórico de la Democracia Corinthiana, nosotros evaluamos su relevancia para la comprensión de esta.

PALABRAS CLAVES: Democracia Corinthiana; Movimientos Sociales; Sociología del deporte; Historia del deporte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTONCELO, E. A campanha das diretas e a democratização. São Paulo: Humanitas, 2007.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 2. ed. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1986

BUECHLER, S. M., “New Social Movement Theories,” *Sociological Quarterly*, 36:3, 441-464, 1995.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Social movements: an introduction**. 2nd. ed. Oxford; Malden, Mass.: Blackwell, 2006. 345 p.

DIANI, M. “Networks and social movements: a research program-me”. In: DIANI, M.; MCADAM, D. (org.). **Social movements and networks**. Relational approaches to collective action. Oxford: Oxford University Press. 2003.

DICIONÁRIO do pensamento marxista. Coautoria de T. B. Bottomore. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 1988.

FERNANDES, F. **Nova República?** Rio de Janeiro : J. Zahar, 1986

FLORENZANO, J. P. **A democracia corinthiana: práticas de libertação no futebol brasileiro**. 353p. Tese (Doutorado) Curso de Ciências Sociais, departamento de Antropologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

_____. **A democracia Corinthiana: práticas de libertação no futebol brasileiro**. São Paulo, SP: FAPESP: EDUC, 2009

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, c2003.

MARTINS, M. Z. **Democracia Corinthiana: sentidos e significados da participação dos jogadores**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP. 2012. 206 p.

MELUCCI, A. A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas. Rio de Janeiro, Vozes, 2001.

SÓCRATES; GOZZI, R. **Democracia Corinthiana: a utopia em jogo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

TATAGIBA, L. A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o processo participativo. IN: **A Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: perspectivas, abordagens e estratégias de avaliação**. IPEA/PRODEP, 2011. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/nepac/sites/default/files/publicacao/2011-artigo-tatagiba_luciana.pdf> Acesso: 30 de Março de 2013.